



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA**

**Ata da 147ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de agosto de 2022**

Em 17 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Zona da Mata – URC ZM, do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, por meio de videoconferência conforme condições estabelecidas pela Deliberação Conjunta Copam/Cerh nº 19/2020, de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Dorgival da Silva, da Superintendência Regional de Meio Ambiente da Superintendência Regional Zona da Mata.

Representantes do Poder Público: Rogério Jacinto Gomes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa; Ionivaldo Almeida de Paula, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede; Maria Aparecida Freire da Paz, da Secretaria de Educação de Minas Gerais – SEE; Flávio Pereira Silva, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig; Marise Angélica Moreira Elerati, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF; 3º Sgt. Wallacy Mendonça Coelho, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Pmmg; Luciano Rufato Teixeira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea/MG; Fábio Rodrigues Lauriano, do Ministério Público de Minas Gerais – Mpmg; Vicente de Paulo Pinto, da Prefeitura de Ubá.

Representantes da Sociedade Civil: Lidianne Carvalho de Campos, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; André Ribeiro Teixeira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; Hernon Adjuto Teixeira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais - Federaminas; André Garcia Schmidt, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – Abragel; Fernando César Peixoto Dias, do Movimento Ecológico e Cultural Vale do Piranga; Isaac Newton de Oliveira, da Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora; Márcia Maria Salgado Lopes, do Centro Universitário Univiçosa.

**Assuntos de Pauta.** **1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** [Execução do Hino Nacional Brasileiro]. **2. ABERTURA.** O Presidente Suplente Dorgival da Silva declarou aberta a 147ª Reunião da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata e registrou as seguintes manifestações: “Tudo bem, senhoras e senhores Conselheiros, boa tarde a todos. Muito bem-vindos à 147ª reunião da nossa URC Zona da Mata e para darmos início a essa reunião que acontece no dia de hoje, 17 de agosto, de 2022, às 14:23. Iniciamos com quórum de 11 Conselheiros. Que nos acompanham e que estarão trabalhando conosco nessa reunião. Para darmos início oficialmente essa reunião, convido a todos acompanhados a exibição do hino nacional brasileiro e, na sequência,

retomamos aqui com a nossa coordenação”. [Execução do Hino Nacional Brasileiro]. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Muito bem, faço uma retificação aqui no número de Conselheiros, já temos 12 Conselheiros conosco aqui na reunião. Sejam muito bem-vindos à nossa 147ª reunião. Vamos aqui no calor de Ubá, na temperatura já chegando no normal da cidade. Hoje um dia quente, o frio já está assumindo. E declaro deste momento aberta nossa reunião e tenhamos todos, uma ótima tarde trabalhos. De discussão. De assuntos aqui, deliberados. Espero também que cada Conselheiro esteja bem. Cada Conselheiro tenha tido aí nesses últimos meses coisas boas. Tudo esteja correndo bem com cada um dos senhores e senhoras que estão conosco aqui. Nós iniciamos, então a nossa reunião já nos dirigindo ao item de número **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Eu abro a palavra. Os Conselheiros que quiserem fazer uso dela, neste item que está relacionado com algum comunicado que os Conselheiros gostariam de fazer e também assuntos gerais. Lembro que estamos num momento onde nós temos algumas vedações, restrições em função do período eleitoral, então algumas coisas a gente precisa de um cuidado nesse sentido. Mas os Conselheiros fiquem à vontade nesse momento, aqueles que desejarem fazer uso da palavra. Muito bem, nenhum Conselheiro se manifestou, então entendo que podemos ir adiante com os nossos itens de pauta. Então coloca neste momento item 4, me perdoe, que trata do exame da ata da 146ª reunião, que ocorreu aí no dia 15 de junho de 2022. Eu coloco esse exame desta ata em pauta neste momento. E há alguns destaques sobre a ata? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Boa tarde, Presidente Lidiane Fiemg e eu tenho algumas considerações nos itens que referem-se à minha fala. Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK, Senhora, pode fazer. Pode fazê-la nesse momento? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Claro. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Por favor. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: O senhor vai colocar a ATA? Eu acho que fica mais fácil porque são vários pontinhos. Presidente Suplente Dorgival da Silva: vários pontos? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: aham. Presidente Suplente Dorgival da Silva: deixa eu ver com o pessoal, se a gente poderia tratá-los aqui, só um minutinho, por favor, Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: está bem. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheira Lidiane, apenas para a gente tentar ganhar tempo. Nesse sentido. Se a Senhora assim concordar, a gente poderia fazer, já a retificação aqui nos pontos que a Senhora acha que devem ser corrigidos e na sequência, colocar em votação, podemos fazer? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Podemos sim presidente. Eu posso ir falando as linhas? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Por favor. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 226. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Eu pergunto aos Conselheiros se a ATA está sendo exibida. Todos estão tendo visibilidade, na ata? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Eu estou vendo. Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK, então a nossa equipe

84 aqui vai direcionar até a linha 26? Isso? Conselheira Lidiane Carvalho de  
85 Campos: 226 Presidente Suplente Dorgival da Silva: desculpa 226. Só um  
86 segundo que a internet demora atualizar aqui. Conselheira Lidiane Carvalho  
87 de Campos: está bem. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ainda nós  
88 estamos visualizando aqui a linha 152 ainda não mudou. Aguarda um  
89 pouco. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: agora, sim. Presidente  
90 Suplente Dorgival da Silva: Visualizando. Conselheira Lidiane Carvalho de  
91 Campos: linha 226 substituir Cardoso por Carvalho. Presidente Suplente  
92 Dorgival da Silva: Erramos no nome da Senhora? Conselheira Lidiane  
93 Carvalho de Campos: não tem problema não, Presidente. Presidente  
94 Suplente Dorgival da Silva: Vamos fazer a correção online. Não vai  
95 conseguir? Posso fazer uma, vou fazer uma sugestão aqui aos  
96 Conselheiros, não sei se é de costume, mas apenas para a gente tentar  
97 ganhar tempo em função da internet aqui, que não permite que a gente  
98 corrija na velocidade da maneira que a gente gostaria. A Senhora poderia,  
99 falando os pontos de correção. A gente identifica e a gente retoma. A gente  
100 poderia colocar na próxima reunião, a aprovação da ata, isso possível?  
101 Então vamos fazer assim. Conselheira, nós vamos anotar aqui as  
102 correções. E a gente tenta ainda dentro dessa reunião fazer as correções e  
103 aprovar a ata com a correção. Se não. Vânia Mara de Souza Sarmento:  
104 Senhor Presidente? Presidente Suplente Dorgival da Silva: sim, pois não.  
105 Vânia Mara de Souza Sarmento: Vânia, do Núcleo dos Órgãos Colegiados.  
106 Boa tarde, nós vamos compartilhar aqui o documento em Word e já  
107 realizamos as correções da Conselheira Lidiane, só um instante, por  
108 gentileza. Presidente Suplente Dorgival da Silva: está OK. Muito obrigado  
109 pelo apoio. Presidente está ficando aqui, desorientado. Vânia Mara de  
110 Souza Sarmento: Pode ficar tranquilo, já estamos compartilhando aqui,  
111 vamos realizar. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Essa é a vantagem,  
112 ter uma equipe boa, viu? Nos acompanhando aqui [trecho inaudível]  
113 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Boa tarde Vania. Obrigada. Vânia  
114 Mara de Souza Sarmento: Lidiane, tudo bem aí? Qual que a linha por  
115 gentileza? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 226. Vânia Mara de  
116 Souza Sarmento: A próxima Conselheira. Conselheira Lidiane Carvalho de  
117 Campos: Estou falando aqui de microfone fechado, 229. Onde consta como  
118 se o mesmo mencionou, como o senhor mesmo mencionou. Pode tirar essa  
119 vírgula e o Ó da frente como o senhor mesmo mencionou o Presidente?  
120 Vânia Mara de Souza Sarmento: É uma pergunta que coloca? Conselheira  
121 Lidiane Carvalho de Campos: não, é uma afirmação: como o senhor mesmo  
122 mencionou, Presidente. É minha primeira vez aqui neste conselho, então,  
123 como eu não estive presente. Só uma sugestão, Presidente tem que ficar  
124 entre vírgulas, um vocativo. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: sim,  
125 Isso. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: 458, agora Vânia. Trocar  
126 458. Nesse parecendo aí, é parecer do órgão ambiental. O recurso do  
127 empreendedor e o parecer do órgão ambiental. Então pode tirar esse Ponto  
128 Final e colocar o Eu em minúsculo, que é uma continuidade. Aí depois do

“parece”, pode tirar a vírgula, na próxima linha, 459: Parece inicialmente,  
 que foi dada. E na linha 460, está por serem. É por ser. Isso aí. Mais abaixo,  
 linha 465. É depois do possível, pode tirar esse ponto aí. Continuar essa  
 frase, por gentileza. 466 depois do pudessem. Tirar o É, é pudessem  
 analisar. 548. Isso, na verdade começa na 547. Fica. Eu gostaria de solicitar  
 vistas ao processo, pode tirar o então. Para que, pode tirar também o  
 processo fosse. Inclui por gentileza, um seja. Para que seja disponibilizado  
 para a gente analisar mais profundamente os documentos, aí pode tirar,  
 porque ficou repetido. E os processos que foram formalizados,  
 documentos. Até aí, pode tirar também. Para a gente analisar mais  
 profundamente os documentos que foram formalizados junto ao processo.  
 E por último, 559. Agora ela virou 555. Com essas trocas, ao invés de  
 buscar, é busca. E busca. Entre em contato também. Ele pode permanecer  
 Presidente que a gente entra em contato também e busca informação mais  
 alinhada com o empreendedor. Somente isso, Presidente. Obrigada.  
 Obrigada, Vânia. Vânia Mara de Souza Sarmento: Por nada,  
 Lidianne. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Por nada, Conselheira,  
 pergunto aos demais Conselheiros se algum outro destaque? Na ata?  
 Vamos colocar em votação, nossa ata com as correções que foram  
 realizadas aqui neste momento. Vai subir a nossa planilha de votação. Tudo  
 bem. **4. EXAME DA ATA 146ª RO de 15/06/2022.** Seapa como vota,  
 Conselheiro Rogério. Conselheiro Rogério Jacinto: Aprovado. Presidente  
Suplente Dorgival da Silva: Obrigado, Conselheiro, Conselheiro da Sede  
 Ionivaldo Almeida como vota, por favor? Conselheiro Ionivaldo Almeida de  
Paula: boa tarde a todos. Ionivaldo, da Sede e favorável, aprovado  
Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado, Conselheira Maria  
 Aparecida, Secretaria estadual de Educação, como vota, por favor?  
 Conselheira Maria Aparecida da SEE como vota? Conselheiro José  
 Eduardo, da SEINFRA, como vota? Conselheiro José Eduardo, da  
 Secretaria de Infraestrutura como vota? Por favor? Conselheiro.  
 Conselheiro Flávio da Epamig, como vota? Ok, Flávio votou pelo chat, votou  
 favorável. Conselheira Marise, Secretaria da SEF como vota por favor?  
Conselheira Marise Angélica Moreira Elerati: Boa tarde a todos. Voto  
 favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheira.  
 Conselheiro da Polícia Militar de Minas Gerais. Terceiro sargento Wallacy  
 Mendonça como vota, por favor? Conselheiro Wallacy Mendonça Coelho:  
 Presidente, boa tarde, eu vou é favorável. Presidente Suplente Dorgival da  
 Silva: obrigado Conselheiro Luciano Rufato do CREA Minas como vota, por  
 favor? Conselheiro Luciano Rufato Teixeira: Boa tarde a todos. Voto  
 favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado  
 Conselheiro. Conselheiro Fábio Rodrigues Conselheiro Fábio Rodrigues  
Lauriano: do Ministério Público de Minas Gerais, como vota, por favor?  
 Conselheiro Fábio Rodrigues Conselheiro Fábio Rodrigues Lauriano:  
 favorável senhor Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Vicente de Paulo Pinto. Prefeitura de

174 Ubá, como vota, por favor? Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: Boa tarde  
 175 a todos. Voto favorável senhor Presidente. Presidente Suplente Dorgival da  
 176 Silva: Obrigado Conselheiro. Conselheira Lidiane Fiemg como vota?  
 177 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg voto favorável,  
 178 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado, Conselheiro  
 179 André da Faemg como vota por favor? Conselheiro André Ribeiro: boa  
 180 tarde. Ata aprovada. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado,  
 181 Conselheiro Hernon da Federaminas como por favor? Conselheiro Hernon  
 182 Adjuto Teixeira: favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 183 Conselheiro André Garcia, da Abragel, como vota por favor? Conselheiro  
 184 André Garcia: boa tarde, Andre Abragel, favorável. Presidente Suplente  
 185 Dorgival da Silva: obrigado. Nós temos ausência? Conselheiro Fernando  
 186 também está ausente? Vamos aqui. Conselheiro Isaac, da Ama JF. Como  
 187 vota? Ausente também? OK, próximo presente, Conselheira Márcia da  
 188 Univiçosa como vota por favor? Conselheira Márcia Maria Salgado Lopes:  
 189 boa tarde. Voto favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 190 Conselheiro Cristiano Lamas da OAB Minas, como vota, por favor?  
 191 Conselheiro Cristiano Lamas, da OAB Minas, como vota? Me permitam  
 192 retomar aqui, estou visualizando que a nossa Conselheira Maria Aparecida,  
 193 da Secretaria de Educação. Vou retomar, lá em cima, Conselheira, boa  
 194 tarde. como vota? Nós estamos no exame da ata da última reunião. Qual  
 195 seria o voto, por favor? Conselheira Maria Aparecida Freire da Paz: Boa  
 196 tarde, voto favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: obrigado,  
 197 Conselheira. Muito bem. A ata aprovada com 14 votos favoráveis e 6  
 198 ausentes. Muito bem, obrigado. Conselheira Maria Aparecida Freire da Paz:  
 199 boa tarde. Presidente Suplente Dorgival da Silva: boa tarde. Seja bem-  
 200 vinda, Conselheira. Muito bem, nós vamos para os itens aonde vamos  
 201 deliberar sobre processos e nós temos aqui no item 5, eu vou apenas indicar  
 202 neste momento que um retorno de vista que a Conselheira Lidiane fará. Já  
 203 há o pedido, já um destaque referente ao retorno de vista no item 6.1. Existe  
 204 um inscrito que quer fazer uso da palavra neste item também, então já temos  
 205 um destaque para o item 6.1, e aí eu colocaria aqui para nós numa tentativa  
 206 de nós deliberarmos em bloco, o item 7.1. E nós estamos falando, eu vou  
 207 ler aqui este item, se algum destaque algum Conselheiro, naturalmente, tem  
 208 a Liberdade de fazê-lo e depois lerei o item 8.1, que de igual maneira, se  
 209 algum Celheiro tiver algum destaque, nós tiraremos do bloco e voltaremos  
 210 apenas aquele processo onde não houver nenhum destaque. Então  
 211 procederei desta forma, vou ler o item 7.1 item **7. Processo administrativo**  
 212 **para exame de requerimento para intervenção ambiental e aprovação**  
 213 **de compensação decorrente da supressão de vegetação**  
 214 **secundária. Em estágio médio ou avançado de Regeneração em bioma**  
 215 **mata Atlântica, localizados em áreas prioritárias para conservação da**  
 216 **biodiversidade, vinculado ao licenciamento ambiental. 7.1 Estel**  
 217 **Energia Ltda. Presidente Bernardes, Minas Gerais - Processo**  
 218 **Administrativo número 2100010037176/2020-19 tipo de intervenção:**

219 intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de  
 220 preservação permanente. Área requerida 2.11 há. Área passível de  
 221 aprovação 2.11 ha. Intervenção sem supressão de cobertura vegetal  
 222 nativa em áreas de preservação permanente, área requerida 0,66 há,  
 223 área passível de aprovação 0,66 há, fitofisionomia Floresta estacional  
 224 semidecidual Estágio de Regeneração médio. Apresentação Urfbio  
 225 Mata. Pergunto aos Conselheiros, algum destaque sobre este  
 226 processo? Não havendo destaque este processo da habilidade para  
 227 votação em bloco. Item 8 da nossa pauta. Que tem o título: **8. Processo**  
 228 **Administrativo para exame de requerimento para intervenção**  
 229 **ambiental e aprovação de compensação decorrente da supressão de**  
 230 **vegetação secundária em estágio médio ou avançado de Regeneração**  
 231 **do bioma Mata Atlântica, localizados em áreas prioritárias para**  
 232 **conservação da biodiversidade, não vinculado ao processo de**  
 233 **licenciamento ambiental. Item 8.1 Cemig Distribuição S/A - Linha de**  
 234 **Transmissão Carangola Divino. Derivação subestação padre Fialho,**  
 235 **138, KVA. KV. Perdoe, Carangola, Divino, Orizânia, Santa Margarida e**  
 236 **Matipó, Minas Gerais. Processo administrativo, número**  
 237 **210001001114/2021-36 tipos de intervenções: supressão de cobertura**  
 238 **vegetal nativa, com ou sem destoca para uso alternativo do solo, área**  
 239 **requerida 9.0468 ha, área passível de aprovação 9,0468 há, intervenção**  
 240 **com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação**  
 241 **permanente, área requerida 3,1219 ha, área passível de aprovação**  
 242 **3,1219 há, corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas, área**  
 243 **requerida 11.9775 ha e supressão de 425 árvores, área passível de**  
 244 **aprovação, 11. 9775 ha e supressão de 425 árvores, fitofisionomia,**  
 245 **Floresta estacional semidecidual secundária. Estágio de Regeneração**  
 246 **médio, aprovação URFBio Mata. Pergunto aos Conselheiros. Alguns**  
 247 **destaques sobre este processo, ele também está habilitado para votação**  
 248 **em bloco. Então peço para abrir a planilha de votação, nós vamos colocar**  
 249 **aqui em deliberação o item 7.1 e o item 8.1 em blocos. Só para corrigir isso,**  
 250 **por favor, então nós estamos colocando, reforçando, aqui o chamado para**  
 251 **votação para deliberação. Nós estamos colocando aqui em deliberação o**  
 252 **item 7.1 e o item 8.1 habilitados para a votação em bloco. Pergunto ao**  
 253 **Conselheiro Rogério Jacinto Gomes, da Seapa, como vota? Conselheiro**  
 254 **Rogério Jacinto: Rogério Jacinto Seapa vota acordo com o relatório,**  
 255 **comparecer. Presidente Suplente Dorgival da Silva: É favorável,**  
 256 **Conselheiro seria favorável, Conselheiro Rogério Jacinto: favorável.**  
 257 **Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK, obrigado, Ivaldo Almeida.**  
 258 **Conselheiro da Sede, como vota, por favor. Conselheiro Ionivaldo Almeida**  
 259 **de Paula: O Presidente, eu vou estar em função de conflitos de**  
 260 **interesse. Presidente Suplente Dorgival da Silva: OK. Perfeitamente**  
 261 **entendido Conselheiro. Conselheira Maria Aparecida, da Secretaria**  
 262 **estadual de educação. como vota, por favor? Conselheira Maria Aparecida**  
 263 **Freire da Paz: [TRECHO INALDÍVEL]. Presidente Suplente Dorgival da**

264 Silva: Obrigado Conselheira. Conselheiro, José Eduardo da Seinfra, como  
 265 vota, por favor? Está ausente. Conselheiro Flávio, da Epamig. Como vota,  
 266 por favor? Voto Favorável no chat pelo Conselheiro Flávio. Conselheira  
 267 Marisa, da Secretaria estadual de fazenda. Como votar por favor?  
 268 Conselheira Marise Angélica Moreira Elerati: eu voto favorável, senhor  
 269 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Sargento Mendonça da  
 270 polícia militar de Minas Gerais, como vota, por favor? Conselheiro Wallacy  
 271 Mendonça Coelho: Sargento Mendonça Pmmg voto favorável Presidente.  
 272 Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok, obrigado, Conselheiro Luciano  
 273 Rufato do Crea Minas. Como vota, por favor? Conselheiro Luciano Rufato  
 274 Teixeira: Luciano Rufato, Crea Minas, voto favorável senhor  
 275 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado, Conselheiro.  
 276 Conselheiro Fábio Mariano, do Ministério Público de Minas Gerais como  
 277 vota, por favor? Conselheiro Fábio Rodrigues. Conselheiro Fábio Rodrigues  
 278 Lauriano: favorável Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 279 obrigado, Conselheiro. Conselho Vicente Paulo, prefeitura de Ubá, Vicente  
 280 de Paulo, perdão, como vota, por favor? Conselheiro Vicente de Paulo Pinto:  
 281 voto favorável o seu Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 282 Obrigado, Conselheira Lidiane da Fiemg, como vota? Conselheira Lidiane  
 283 Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg vota favorável. Presidente Suplente  
 284 Dorgival da Silva: ok, obrigado. Conselheiro André, da Faemg como vota?  
 285 Conselheiro André Ribeiro: favorável Presidente. Presidente Suplente  
 286 Dorgival da Silva: obrigado Conselheiro. Conselheiro Hernon da  
 287 FederaMinas como vota? Conselheiro Hernon da FederaMinas como vota?  
 288 Conselheiro André Garcia: Presidente, o Hernon disse que sairia por alguns  
 289 instantes da sala. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok, Conselheiro  
 290 André Garcia da Abragel como vota? Conselheiro André Garcia: André  
 291 Abragel, favorável Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok. Obrigado, não  
 292 sei se o Conselheiro Fernando, acho que está ausente. Conselheiro  
 293 Fernando, boa tarde, tudo bem com o senhor? Conselheiro Fernando César  
 294 Peixoto Dias: Boa tarde, eu tive uma dificuldade, mas já estou presente, eu  
 295 sou favorável. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro,  
 296 obrigado, seja bem-vindo boa tarde para o senhor Conselheiro Fernando  
 297 César Peixoto Dias: obrigado, boa tarde. Presidente Suplente Dorgival da  
 298 Silva: Conselheira Márcia da Univiçosa. Como vota por favor? Conselheira  
 299 Márcia Maria Salgado Lopes: vota favorável. Presidente Suplente Dorgival  
 300 da Silva: Conselheiro Cristiano Lamas, da OAB Minas. Como vota, por  
 301 favor? Não sei se o Conselheiro Cristiano está presente. A gente está  
 302 verificando aqui, Conselheiro Cristiano da OAB Minas como vota? Ausente.  
 303 Presidente Suplente Dorgival da Silva: ausente muito bem. Então aprovados  
 304 aqui item 7.1 e item 8.1 da nossa pauta. Com 13 votos favoráveis, uma  
 305 abstenção e 5 ausentes, participaram deste período de votação, muito bem.  
 306 Nós vamos, então já retomando aqui a nossa pauta, retornando um  
 307 pouquinho nela, nós vamos aqui para o item de número **5. Processo**  
 308 **Administrativo para exame de Recurso ao Cancelamento de Licença**

**Ambiental: 5.1 JP de Souza Ltda ME. Ecolife Soluções Ambientais Eireli, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Martins Soares, Minas Gerais licença ambiental simplificada, LAS cadastro, processo administrativo LAS número 3524/2021 - Classe 1. Apresentação: Supram Zona da Mata, retorno de vistas pela Conselheira Lidianne Carvalho de Campos, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg.** Então, já há naturalmente aqui no destaque de um ponto de vista, então eu passo a palavra que primeiramente, para nossa Conselheira Lidianne e fará a leitura do seu relatório de vista, às suas considerações, por favor, Conselheira.

Conselheira Lidianne Carvalho de Campos: Lidianne Fiemg, obrigada Presidente. Eu não vou fazer a leitura do relato de vista na íntegra, uma vez que ele foi disponibilizado aos Conselheiros no site tempestivamente. Eu vou me ater a alguns pontos para tratar de forma célere aqui e conclusiva, presidente. O motivo que levou ao pedido de vistas da Fiemg nesse processo seria para esclarecimentos se de fato a autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos emitido pelo Ibama seria suficiente para regularizar empreendimentos cuja atividade é o transporte rodoviário de resíduos perigosos, nesse caso exercido pelo JP Souza limitada, com rotas exclusivamente estaduais e também alguma outra rota que fosse interestadual. Eu deixo aqui registrado, que é importante ressaltar que essa definição vai impactar todo o setor no estado de Minas Gerais, a depender dessa definição. E para entender melhor o processo eu realizei uma reunião com a equipe, com toda equipe da Supram Zona da Mata, que eu agradeço que prontamente me recebeu, para me esclarecer os apontamentos do parecer e, posteriormente, eu fiz uma reunião com o representante do empreendimento que também alegou os fatos trazidos no recurso e nesse momento o representante me informou que protocolou junto ao órgão ambiental um ofício solicitando uma declaração ou documento similar que corroborasse com a decisão do cancelamento da LAS CAD. E até aquele momento da reunião, eles ainda não tinham tido um retorno. No mesmo sentido, o representante protocolou junto ao Ibama um requerimento de manifestação quanto ao posicionamento exarado pelo estado de Minas Gerais. Nesse sentido, eles receberam uma resposta do Ibama, que foi a Informação Técnica nº12 de 2022. Eu até coloquei no nosso relato de vistas parte dessa informação técnica, onde foi informado pelo Ibama que, no entendimento deles, autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos não substitui uma licença ou autorização ambiental no nível estadual e vice-versa. A licença estadual também não autorizaria essa rota interestadual e, de forma a concluir a referida informação técnica, o Ibama ainda sugere que a superintendência regional de Minas Gerais, apoiada com o setor jurídico marcasse uma reunião com o órgão ambiental estadual licenciador no nosso caso aqui, a Supram Zona da Mata e a Semad como um todo, para que pudessem tratar o assunto e alinhassem quais seriam as definições e



354 conclusões aqui de todos os processos cuja atividade fosse transporte  
355 rodoviário de resíduos perigosos nessa situação, com rotas exclusivamente  
356 estaduais e também rotas interestaduais. Então, nesse sentido, a Fiemg  
357 entende que o assunto não encontra-se superado para votação do processo  
358 pelos Conselheiros da URC Zona da Mata e por isso, o nosso relato de vista  
359 sugere que o processo seja baixado em diligência até que o alinhamento  
360 entre Ibama e Semad, seja conclusivo, para que todas as dúvidas, sejam  
361 sanadas. Esse é o parecer, Presidente, obrigada. Presidente Suplente  
362 Dorgival da Silva: Obrigado, Conselheira Lidianne. Para tranquilizar os  
363 senhores Conselheiros. Nós participamos de uma reunião recente.  
364 Conselheira Lidianne na sua fala, citou essa reunião e de fato, existem fatos  
365 novos que depois da decisão tomada, nós estamos aqui colocando em  
366 deliberação uma decisão que já foi tomada algum tempo e houve um  
367 recurso sobre ela e recentemente nós temos uma manifestação nova do  
368 órgão Federal, do Ibama, que requer um alinhamento, porque ela é diferente  
369 daquilo que se praticava anteriormente. Nós temos repetido isso também  
370 em outras atividades. A título de exemplo cito aqui extração de Areia em rio  
371 federal, que divide 2 estados. Nós convivemos com isso. Ora o Ibama disse  
372 que apenas estadual, hora diz que é federal e a gente está buscando  
373 também pela Sede da Semad, não é? Junto com a nossa Superintendência  
374 de Regularização Ambiental, em Belo Horizonte, buscando uma  
375 aproximação com o Ibama para que seja feito um alinhamento de maneira  
376 que os órgãos regionais que estão na ponta que fazem, que precisam dessa  
377 orientação, que possam tomar as decisões mais acertadamente, de forma  
378 alinhada com o órgão Federal. Em função disso ainda, a gente não teve  
379 tempo hábil para que a reunião acontecesse. Eu estou deliberando aqui,  
380 estou tomando essa decisão de baixar o processo diligência, até que a  
381 gente tenha esse alinhamento com o Ibama, a Semad tenha esse  
382 alinhamento, com Ibama para que a gente então retome, com esse processo  
383 em discussão nessa reunião. Estou vendo aqui alguns Conselheiros já  
384 manifestaram, para fazer uso da palavra, mas a gente, nós vamos baixar  
385 esse processo em diligência. Nós tínhamos uma Esperança de que essa  
386 reunião acontecesse antes dessa nossa reunião, essa reunião Ibama  
387 acontecesse antes, mas não foi possível. Então nós seguramos processo  
388 até então e em função disso, toda essa questão de fatos novos, nós estamos  
389 baixando o processo em diligência. Ok Conselheiros? [PARTICIPANTE  
390 NÃO RECONHECIDO] Presidente? O André da Abragel está com a mão  
391 levantada. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro André por  
392 favor, não tinha percebido. Conselheiro André Garcia: Presidente Dorgival,  
393 boa tarde. Presidente Suplente Dorgival da Silva: boa tarde. Conselheiro  
394 André Garcia: uma dúvida, na verdade, lendo o parecer de vistas da Fiemg  
395 surgiu, ao cancelar essa licença ambiental simplificada da atividade de  
396 transporte de resíduos perigosos, a SUPRAM, então entendi ou entendeu  
397 que autorização do Ibama regularizaria atividade em nível estadual e  
398 interestadual. É isso. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Esse foi o

entendimento Conselheiro André da tomada de decisão, porque orientação para as regionais não por meio da Subsecretaria de Regularização Ambiental, no caso de transporte de resíduos, que um licenciamento, um pouco diferente. Quando você licencia uma unidade física, uma fábrica de móveis nelas, ali naquele local, ela não vai se locomover? Mas quando você vai para o licenciamento de transporte perigoso, você está licenciado o veículo, e quando você licencia, pelo menos era isso, o entendimento não quando você licencia dentro das rotas, que os veículos vão utilizar apenas dentro do Estado de Minas Gerais, o licenciamento é competência do Estado. Esse é o entendimento que nós praticamos até então. Somos orientados dessa forma e como empreendedor, ele utiliza rodas que permeiam aí o estado do Espírito Santo, estado de Minas Gerais, o entendimento é que a licença concedida pelo Ibama, inclusive no contexto da licença cita isso. Licença expedida pelo Ibama lhe permite transitar nas 2 vias. Isso no entendimento nosso, não haveria necessidade de uma licença estadual, já que do Ibama, daria cobertura, mas nós estamos vendo que o Ibama também está revendo esse posicionamento deles, porque há uma questão de delegação de competência ou licenciamento. Num primeiro momento, ele é federal, aí uma delegação do governo Federal para os estados e a gente está vivendo já também uma avocação municipal no licenciamento ambiental e nós entendemos, somos orientados na época, pela Subsecretaria de Realização Ambiental, a proceder dessa forma. Mas após a consulta do empreendedor surgiram essas manifestações do Ibama de Brasília. Inclusive, orientado, fosse feito um alinhamento com o Ibama de Minas Gerais. Está sendo providenciado essa reunião, e eu acredito que isso vai estar melhor vamos dizer, talvez uma nova orientação que possa até rever, de fato, o que foi tomado como decisão, até então. Por isso a gente está baixando o processo em diligência para que isso seja dirimido. E quando a gente puder retornar dê mais tranquilidade, mais segurança aos Conselheiros para deliberar OK? Conselheiro André Garcia: entendido Dorgival. Uma reflexão a respeito do caso, não seria uma situação de aproximar, antes da decisão de cancelamento? Tendo em vista que o Ibama emite uma autorização para uma rota de um veículo, de alguns veículos que fazem o transporte interestadual e a SUPRAM emite uma licença ambiental simplificada para regularizar o transporte estadual. Não seria o caso de ter convocado o empreendedor, o representante do empreendedor para esclarecimentos e não deixar nesse período uma licença cancelada? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro, a gente não vai discutir, eu entendi a reflexão que o senhor nos provoca, sobre ela, é uma reflexão que a gente tem praticado, não é? Temos feito essa aproximação junto com as empresas. Estamos abertos aqui a conversar? Mas a orientação até que a gente comentou na última reunião que tivemos, que até então, se não houver uma orientação para as SUPRAMs de forma diferente, o ideal até para o empreendedor nesses casos, que ele entrasse pedindo uma licença ambiental simplificada no estado e ele informasse se o nosso sistema de

444 licenciamento está preparado para isso. Se ele informa-se que a rota dele,  
 445 ela extrapola os limites do estado de Minas Gerais. Ele queria inclusive, já  
 446 tendo uma licença a nível federal, ele teria inclusive uma certidão de  
 447 dispensa de licenciamento a nível estadual. Então, a licença do Ibama até  
 448 então, se entendia que bastaria para que ele fizesse todo esse trabalho,  
 449 mas eu não queria, vamos dizer assim, eu agradeço essas considerações  
 450 que o senhor nos faz essa reflexão. Mas eu gostaria de não prolongar essa  
 451 discussão nesse sentido, nesse momento, para que a gente de fato, seja  
 452 orientado, na maneira de conduzir para os nossos processos, inclusive até  
 453 se for o caso, rever as decisões que foram tomadas sobre o processo que  
 454 está entrando ou estaria em deliberação nessa reunião. Agradeço.  
 455 Conselheiro André Garcia: entendido, entendido e obrigado. Dorgival. De  
 456 acordo. Obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: nós que  
 457 agradecemos Conselheiro. Então baixa em diligência o item 5.1 e nós  
 458 vamos então para o item 6.1, há uma descrição de um participante externo  
 459 e a gente vai abrir aqui para que a pessoa. Nós temos aqui uma inscrição  
 460 de um participante para o item 6 ponto. Foi informado aqui pela minha  
 461 equipe que a pessoa que se inscreveu gostaria de fazer uso da palavra  
 462 independente se houvesse destaque pelos Conselheiros, então a gente está  
 463 dando oportunidade aqui, dessa pessoa se manifestar. Mas ela não acessou  
 464 a sala de reunião que a gente está tentando contar para que telefone para  
 465 garantir aí a ampla participação dessa pessoa que um representante  
 466 externo que gostaria de fazer uso da palavra sobre esse processo. Vamos  
 467 aguardar alguns instantes aqui para um contato. Se não houver o contato,  
 468 a gente retoma aqui para fazer a leitura desse item número 6 da nossa  
 469 pauta, e o item 6.1. Eu vou fazer o seguinte, eu vou ler o item quando a  
 470 nossa equipe está tentando contato com a pessoa que se inscreveu e até  
 471 então, se ela não conseguir, acessar, a gente coloca aqui em deliberação.  
 472 Se não houver nenhum destaque também por parte dos senhores e  
 473 senhoras conselhos. **6. Processo Administrativo para exame de Recurso**  
 474 **ao Indeferimento de intervenção ambiental. 6.1 Alpha Incorporações**  
 475 **Ltda Senador Firmino Minas Gerais processo administrativo número**  
 476 **2100010079199/2021-04 - tipos de intervenção, com ou sem supressão**  
 477 **de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente, APP,**  
 478 **área requerida, 0,1245 ha área passível de aprovação. Zero que**  
 479 **está. Fitofisionomia, não se aplica, estágio Regeneração não se aplica.**  
 480 **Apresentação o URFbio Mata.** Pergunto neste momento, ao final da leitura  
 481 do item, se a um destaque dos Conselheiros. Conselheiro Rogério já se  
 482 manifestou. Conselheira Lidiane e pergunto, também a pessoa que se  
 483 inscreveu, se ela já se encontra na sala, você gostaria de abrir aqui a  
 484 discussão fazendo uso da palavra nesse momento. Fui informado que a  
 485 pessoa ainda não está na sala. Começo aqui pela ordem de manifestação,  
 486 por gentileza Conselheiro Rogério Jacinto da Seapa, fique à vontade.  
 487 Conselheiro Rogério Jacinto: Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos. Essa  
 488 questão aqui. Eu estava aguardando a pessoa inscrita para ver se já não

estava na dúvida, mas aí então pergunta aí ao analista, porque há uma questão que, para nós, lendo um documento aqui que está aqui, não há condição de concluir o debate é se há uma alternativa locacional para instalação da estação. No parecer mostra algumas fotos dizendo que por elas era possível ver que há essa alternativa, mas ela não colocada na planta. E como se trata de um loteamento e essa estação, ela deve estar num nível inferior. Eu gostaria do analista se ele pudesse de alguma forma, a visão dele que visitou a área, onde seria colocada essa estação que ele diz que tem alternativa e a questão de declividade, se é possível estar abaixo aí do último lote. Obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: como um processo da URFBio Mata, IEF Estamos aqui com os nossos colegas do IEF acompanhando, participando da reunião eu vou repassar, não para que o nosso colega do IEF eu não sei se a Thais, que vai manifestar ou analista do IEF que está conosco, mas com certeza darão uma resposta às perguntas que o senhor fez aqui neste momento. Vou abrir aqui a oportunidade para que o IEF possa se manifestar. Thais de Andrade Batista Pereira: Boa tarde, boa tarde, Presidente. Essa é uma questão eminentemente técnica, não é? Eu sou, faço parte do controle processual e junto com a minha equipe nós trabalhamos esse processo embasado no artigo 17, que uma intervenção ambiental em APP. Somente pode ser autorizada se daqueles 13 pontos, entidade pública, interesse social ou baixo impacto, desde que comprovada a inexistência de alternativa técnica locacional. Nós da equipe de controle processual. Nós não vamos a campo, mas trabalhamos com equipe interdisciplinar que o técnico que vai a campo, faz a vistoria e faz o parecer técnico, então vou pedir a palavra do meu colega, Everaldo que é quem trabalhou na equipe técnica desse processo, ele vai poder melhor responder à pergunta do Conselheiro. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado, Obrigado Thais. Everaldo Ferraz Miranda: Boa tarde. É sobre ponto de vista, sobre o ponto de vista técnico, um empreendimento novo, trata-se de uma área que teve plantação de eucalipto e que praticamente estava limpo. Não justifica ambientalmente você colocar dentro de uma APP, se tem áreas do empreendimento todo a ser realizada a ETE do ponto de vista, porque se for olhar só o ponto, o ponto mais baixo, você vai para outro no curso d'água, porque o ponto mais baixo. Então não justifica ambientalmente colocar a ETE dentro da APP, porque se o empreendimento tem espaço para instalar a ETE, esse o ponto de vista ambiental. Ok? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Everaldo, muito obrigado. Pergunta concedida para Rogério, desculpa. Everaldo Ferraz Miranda: Não porque, então justifica que tem alternativa técnico-locacional ou então nós aplicamos e ficamos amarrados na legislação referente que nos ampara? Artigo 17, que o que a Thais acabou de especificar, também. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok, Everaldo, muito obrigado. Pergunto Conselheiro Rogério, perguntas respondidas? Conselheiro Rogério Jacinto: eu faria 2, já que ele comentou, porque existe uma planta, que tem que olhar aqui no parecer, então seriam 2 questões.

534 Qual a área, realmente que essa que essa ETE vai ocupar? A estação de  
 535 tratamento compacta. Qual a área dela? E em qual localização? Aqui da  
 536 planta que o empreendedor apresentou, que pelo menos uma sugestão,  
 537 uma indicação teria colocado. Eu não consegui identificar. Everaldo Ferraz  
 538 Miranda: boa tarde seria o ponto mais baixo fora da APP. Entendeu? Dentro  
 539 do empreendimento? Não, porque não justifica ambientalmente, outra  
 540 alternativa dentro da APP se o empreendimento tem um ponto mais baixo  
 541 também, somente que, ele tem toda uma topografia propícia a isso  
 542 também. O empreendimento em si. Thais de Andrade Batista Pereira:  
 543 complementando a fala do meu colega. A questão é que análise feita pela  
 544 equipe técnica. Ela foi feita enquanto a área de APP, então nos cabe dizer  
 545 qual seria a melhor área, dentro da propriedade. O que a gente pode dizer.  
 546 Aqui na APP se tem outra área, possivelmente não deva ser feito. Everaldo  
 547 Ferraz Miranda: Sim, isso mesmo. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 548 Conselheiro Rogério, talvez tentando dar uma ajuda nesse sentido, essa  
 549 ETE possivelmente, ela deve processo de licenciamento ambiental, de ser  
 550 um processo simplificado e em função disso, para questão de intervenção  
 551 Florestal, entender só ambiental, ela é regularizado previamente no  
 552 Instituição Estadual de Florestas, depois que o processo de licenciamento  
 553 em trâmite na e analisado na SUPRAM, então quando o IEF analisa ele está  
 554 analisando, praticamente a viabilidade locacional daquele empreendimento,  
 555 então, na análise, pelo que eu entendi no que o colega Everaldo e a colega  
 556 Thais estão dizendo, existe na propriedade uma outra localização que  
 557 poderia ser utilizado de maneira, que se preservasse a intervenção em APP  
 558 nesse sentido, pelo que eu entendi na resposta, existe dentro da  
 559 propriedade uma outra área alternativa que poderia ser utilizado para essa  
 560 talvez seja a principal argumentação do indeferimento dessa intervenção,  
 561 neste ponto. Eu pergunto ao Conselheiro, Rogério ficou Claro? As respostas  
 562 foram colocadas? Conselheiro Rogério Jacinto: Sim, ficou respondido na  
 563 forma de entendimento da equipe. Eu para mim, pela minha análise que eu  
 564 queria um pouco mais informações dessa área, eu acho que tipicamente  
 565 uma questão para ver o empreendedor, se a pessoa que está tentando  
 566 escrever aí pra gente ver o posicionamento deles se também identifica isso,  
 567 tem, mas da minha parte, tudo bem de pergunta. Presidente Suplente  
 568 Dorgival da Silva: Nós vamos, naturalmente, se a pessoa conseguir entrar.  
 569 Como ela já se inscreveu dentro do prazo normal de garantia, participação  
 570 aqui Conselheiro, mas importante que a pessoa consiga de fato estar na  
 571 sala de reunião para poder fazer uso da palavra. Eu posso avançar com os  
 572 destaques, Conselheiro Rogério? Conselheiro Rogério Jacinto: Sim, sim.  
 573 Obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Tudo bem, eu não me  
 574 lembro. André e Conselheira Lidiane, quem foi o primeiro? Mas eu vou ceder  
 575 a Conselheira Lidiane, ok André? Passo a palavra a Conselheira Lidiane na  
 576 sequência de retorno com André, por favor, Conselheira. Conselheira  
 577 Lidiane Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg. Obrigado, Presidente. Eu  
 578 tenho 2 pontos. Um também nessa questão que o Rogério colocou para a

579 gente. Localização quanto o parecer do órgão ambiental atesta que há outra  
580 alternativa locacional, um recurso apresentado pelo empreendedor, ele traz  
581 pontos divergentes a esse entendimento no sentido de que o ponto mais  
582 baixo já está. Conselheiro André Garcia: Lidiane, seu áudio está bem baixo  
583 para a gente aqui. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: melhorou?  
584 Conselheiro André Garcia: melhorou. Conselheira Lidiane Carvalho de  
585 Campos: Mas deu para entender o início? Conselheiro André Garcia: ficou  
586 prejudicado. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Posso falar  
587 novamente. Obrigado, André eu tenho 2 pontos para tratar. O primeiro.  
588 nesse sentido que o Rogério colocou, da questão da alternativa locacional  
589 O órgão ambiental aponta que há outra alternativa locacional, uma vez que  
590 o empreendimento está iniciando agora, e no parecer do, no parecer não,  
591 desculpa, não recurso do empreendedor ele aponta que o ponto mais baixo  
592 fora da APP estaria numa cota 3 m mais elevado. E que, nessa cota, o reator  
593 UASB que tem 3 m de altura, não teria eficiência suficiente para fazer a  
594 decomposição da matéria orgânica, não seria eficiente o tratamento dos  
595 efluentes, então que o local adequado como alternativa locacional, de fato,  
596 seria esse ponto mais baixo apontado aí no pedido de intervenção  
597 ambiental. Então eu gostaria que o órgão ambiental, nesse sentido, se  
598 manifestasse a respeito da manifestação do empreendedor quanto à  
599 viabilidade técnica. Óbvio que a gente tem que considerar as duas questões  
600 em paralelo tanto, alternativa tipo do ponto de vista ambiental, como técnico,  
601 então eu gostaria dessa manifestação nesse sentido. O outro ponto ele vai  
602 além dessa questão, que é em relação ao entendimento daquela área como  
603 APP. O parecer do órgão ambiental, ele dispõe que: ressalta-se, ainda, que  
604 a intervenção ambiental requerida ocorrerá em área de preservação  
605 permanente de curso d'água efêmero, que foi constatado in loco pelos  
606 técnicos do IEF na vistoria técnica realizada em 18/03/2022. Final do  
607 período chuvoso da região. Quando eu li isso, eu fiquei muito preocupada  
608 porque eu até isso tinha na memória, mas eu voltei ali na legislação, tanto  
609 na 20.922, que a nossa lei estadual, que replica esses dizeres da Lei Federal  
610 nº 12651, nossa lei federal que dispõe que primeiro, na definição que  
611 efêmero é qualquer curso d'água que apresente, naturalmente escoamento  
612 superficial durante ou imediatamente após períodos de precipitação. Essa é  
613 a definição de curso d'água efêmero. E no artigo nono, dentre outras áreas  
614 consideradas como APP em zonas rurais ou urbanas, tem-se que faixas  
615 marginais de curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os  
616 efêmeros, a gente tem, para cada caso, uma medida a partir da borda da  
617 calha do leito regular, uma largura mínima de APP. Então me causou assim  
618 muita dúvida nesse processo, o fato do próprio órgão ambiental manifestar  
619 que se trata de intervenção em APP de curso d'água efêmero, enquanto a  
620 Lei Estadual nº 20.922 de forma complementar a Lei Federal nº 12.651,  
621 dispõe que são consideradas APPs faixas marginais de cursos d'água  
622 apenas perenes e intermitentes. São excluídos os efêmeros, então, nesse  
623 sentido, eu gostaria também de uma manifestação do órgão ambiental,

624 porque que aquela área foi considerada com uma APP se a própria lei diz  
 625 ao contrário. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheira Lidiane,  
 626 vamos devolver a palavra aos nossos colegas, e posso fazer os  
 627 consideramos sobre esses dois pontos que a senhora mencionou. Por favor,  
 628 colega Everaldo e Thais. Everaldo Ferraz Miranda: Boa tarde, o meu  
 629 embasamento. No referente a APP e a gente usa a IDE Sisema e dentro do  
 630 IDE Sisema ele retrata a hidrologia ali como com a presença de uma  
 631 hidrologia. Então justamente a gente tem a área de APP naquela região  
 632 também, referente à ideologia que o IDE Sisema apresenta. É a nossa base  
 633 técnica, uma ferramenta que a gente usa. Então? Outra coisa, e no e no  
 634 período que eu fui, existia até uma barragem lá, um Barramento lá e  
 635 com presença de água, então. Então eu justifico que a área é necessária  
 636 ambientalmente ser preservado. E o sobre a localidade, eu estou com a lei,  
 637 existe a topografia, existe no empreendimento. Existe uma topografia que  
 638 quem for lá para ver, vai perceber que existe todo um processo de  
 639 escoamento favorável à ETE, não necessitando de por em APP. O ponto  
 640 que mais baixo fora da APP para a área proposta praticamente não tem  
 641 nenhuma, não tem diferença nenhuma, tem mais nas dos pontos mais  
 642 altos. Então existe toda um escoamento favorável à ETE que não necessita  
 643 ser colocado em APP. E esse processo no meu ponto de vista, é isso. Eu  
 644 acho que não justifica. Tem muita área do empreendimento que não  
 645 necessita utilizar exatamente APP para isso, para ficar construção da  
 646 ETE. Não sei se fui Claro. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok  
 647 Everaldo, muito obrigado, Conselheira Lidiane. Conselheira Lidiane  
 648 Carvalho de Campos: Obrigada, Presidente, Lidiane Fiemg. Eu entendo que  
 649 o ponto não foi sanado, Ok, o IDE Sisema. Ele nos traz uma base. Com os  
 650 dados espaciais que nos dá um apontamento inicial das características da  
 651 área que os empreendimentos poderão ser instalados. Uma primeira visão  
 652 ali de todos aspectos ambientais e que devem ser aprofundados em loco e  
 653 o próprio parecer do órgão ambiental diz que o curso d'água efêmero,  
 654 embora o IDE Sisema apresente ali, apresenta a presença de um curso  
 655 d'água. Foi constatado pelo próprio técnico do IEF, que trata se de um curso  
 656 d'água efêmero e a lei Estadual nº 20.922 ela muito clara, excluindo os  
 657 cursos d'água efêmeros das definições de APP, não é? Então, no ponto de  
 658 vista no nosso entendimento, não se trata de uma intervenção em APP, se  
 659 de fato considerado que aquele curso d'água efêmero. Entendo que o  
 660 apontamento não foi sanado. O Presidente. Presidente Suplente Dorgival  
 661 da Silva: ok Conselheira Lidiane. Pelo que entendemos, as respostas dadas  
 662 não satisfizeram a as perguntas que a Senhora levantou, não é?  
 663 Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: não foram satisfatórios.  
 664 Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok, Nós vamos ouvir o Conselheiro  
 665 André aí, após o André a gente retoma aqui com os entendimentos sobre  
 666 este processo, Ok? Peço que a senhora aguarde só um instante, por  
 667 favor. Conselheiro André. Conselheiro André Garcia: Presidente, eu  
 668 acompanho o entendimento da Lidiane, observando essa afirmação do

parecer do IEF, que esteve in loco e observou essa característica do curso d'água e fica até contraditória, não é? Uma afirmação que fala de um curso d'água efêmero tenha APP desse curso da água. Em relação à hidrografia da base cartográfica da IDE Sisema, a gente percebe também o contrário, não é? Cursos d'água perenes e que não necessariamente estão nessa camada da IDE Sisema da hidrografia, do Igam, então talvez no passado, não sei, a gente tem que entender, o que a equipe técnica do IEF constatou em campo e o que está na cartografia. O que está valendo? E eu também fiquei assim antes de entender a alternativa locacional se existe oportunidade de tirar a estação de tratamento da APP, ou se realmente o único lugar que possível do projeto de posiciona-la ali. Antes a gente tem que entender realmente APP, era esse era isso meu destaque. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro André. Thais de Andrade Batista Pereira: Presidente? Presidente Suplente Dorgival da Silva: eu ia devolver para você tais, nesse sentido, acho que um ponto superimportante essa afirmação que Conselheira Lidiane colocou sobre a questão de curso d'água perene? Versus AAP vamos dizer assim, na existência ou não da APP. Eu já ia te devolver, na sequência eu quero ainda fazer algumas considerações, por favor? Thais de Andrade Batista Pereira: Vou ressaltar a fala do Conselheiro André que a questão se resume nesse princípio, o Everaldo que o técnico como dito, nosso controle pessoal nós vamos fazer uma visita técnica e aí falta competência técnica para poder definir a área de APP ou não pelo curso que a gente faz que ou não específico da área, mas enfim, o caso que na afirmação do técnico que foi em área em loco está dizendo aqui perante o conselho, que ali é área de APP, independente se é de uma informação ou outra ou se no parecer, até às vezes consta e eu acho que eu que deve ser ouvido, o que deve ser levado em consideração, é a afirmativa técnica do próprio analista que está perante o conselho afirmando, ele tem fé pública que aquela área é APP que ela viu que ele realmente existe um curso d'água. Que deve se considerar uma área de preservação permanente em torno dele. Everaldo Ferraz Miranda: Reafirmo que é uma área de cabeceira que tem contenção de água lá. Uma mata com água, tipo uma barragem que é necessário e útil ambientalmente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: antes de devolver Conselheira, eu queria fazer alguns considerando. O que importante também a gente ressaltar. O empreendedor quando ele faz requerimento ao IEF, ele entrega uma planta onde ele mesmo apresenta as informações, da topografia, levantamentos que ele fez e normalmente ele já vem estabelecendo aquilo que é APP, aquilo que curso d'água? Nós convivemos aqui na SUPRAM, com situações muito parecidas e às vezes até um pouco diferente do contexto que está aqui, mas muitas vezes o IDE Sisema, ele sinaliza, a presença de um curso d'água em determinada região que ele não existe. Eu já deparei com umas duas ou três situações aqui, porque as camadas do IDE elas precisam ser atualizadas e muitas vezes, elas, elas têm uma diferença de aproximação, tem algumas coisas na área de geo que dá uma



diferença. Você pega uma imagem de satélite, joga essa camada na IDE, muitas vezes passando longe aquela linha azul do IDE, está numa outra região, gente tem essas divergências. Naturalmente, por isso que a visita in loco. As vistorias são realizadas exatamente para estabelecer. Pelo que estou entendendo aqui o técnico Everaldo esteve no local. E teve acesso à documentação entregue inclusive pelo empreendedor, onde o empreendedor define o que é APP, o que não é APP. Daí até porque motivo do pedido dele, porque ele vai precisar intervir em APP. Por isso, ele fez um pedido ao IEF, então, naturalmente, por parte do empreendedor, isso já está bem Claro que o local onde pretende se instalar a ETE é uma área de preservação permanente, quer dizer documental por parte do empreendedor e pela “textificação” do técnico do IEF não resta dúvida. Claro que dentro daquilo que a Senhora colocou, dos conceitos do curso d'água perene e ter citado no parecer também. Dessa forma nos isso induz a essa dúvida. Mas assim, normalmente o empreendedor, ele já, o motivo do processo da exatamente que ele está dentro da APP, se ele não estivesse na APP, não teria nem que ir pedir autorização para intervir numa área onde ele vai fazer o licenciamento. Então, para o empreendedor, essa questão da existência ou não da APP, ela está superada. Vamos dizer, assim, ela foi superada nesse sentido, e o técnico Everaldo também comprovou isso. Mas assim eu queria colocar esse assunto dessa forma para a gente entender que não é um ponto de discussão. Eu acho que o ponto de discussão até colocado pela Conselheira Lidiane sobre a altura, que é o parecer de recurso do empreendedor da altura de um equipamento da ETE que vai impossibilitar, por isso, ele desceu um pouco mais para dentro da área de APP para altura ser uma altura em que pudesse ser utilizado poder garantir a funcionalidade do equipamento e precisou de colocar isso dentro da área de APP. É por isso que resultou nessa ida ao IEF pedir essa autorização. Quer dizer, se não houvesse, a APP não haveria um processo aqui, sendo analisado pelo IEF. No meu entender, eu acho que não é esse ponto, agora. Esse ponto da autorização ele é vital para a viabilidade da ETE, viabilidade ambiental, porque ele vai dizer se essa área ela é de fato adequada para construção dessa ETE. Será que essa a melhor área para construção dessa ETE? Será que no licenciamento ambiental de fato, se pensou bem ou se projetou bem essa ETE para essa localidade? Será que essa área realmente é a melhor para se instalar esta ETE? Então eu acho que essa é uma reflexão que o empreendedor precisa fazer nesse sentido, na hora que vai definir áreas, mas assim, no meu entender, salvo melhor juízo aqui, a Thais do IEF pode me contrapor ou até me corrigir no que eu estou falando, mas meu entender, esse caso da APP está superada nesse sentido, não tem dúvida de que a ETE se pretende instalar na APP. Thais de Andrade Batista Pereira: Presidente? Permita-me fazer um adendo? Nós estamos aqui, temos que lembrar também que nós estamos analisando um recurso feito pelo empreendedor, nós vamos votar um recurso feito por ele e esse não foi nem sequer o ponto afirmado pelo empreendedor, ele mesmo

759 reconhece que lá é APP, como bem-dito pelo Presidente. Então, assim,  
 760 entendo que não cabe a discussão se é ou não, até porque nós temos o  
 761 aval do analista técnico e a sua fé pública dizendo que é o que cabe ser  
 762 analisado aqui são os requisitos pelos, perdão, o pedido feito pelo  
 763 empreendedor que foi indeferido, porque não houve nova análise de mérito,  
 764 não houve mudanças no mérito, uma vez que realmente identificou que  
 765 havia alternativa locacional. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok  
 766 Thais, Obrigado. Da ordem de discussão, eu vou voltar a palavra para a  
 767 Conselheiras Lidiane e, na sequência, Conselheiro Rogério, na sequência,  
 768 Conselheiro André. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Obrigada  
 769 Presidente, Lidiane Fiemg e bom, eu entendo que o servidor, ele tem sim fé  
 770 pública, mas a fé pública não pode sobressair ao disposto na legislação.  
 771 Embora o empreendedor tenha solicitado a intervenção em todo momento  
 772 no parecer dele ou até enquanto a discussão aqui adiantava eu fiz uma, fiz  
 773 questão de retomar o parecer dele, a todo momento ele coloca curso d'água  
 774 efêmero e também o parecer do órgão ambiental, volto a dizer também  
 775 retrata curso d'água efêmero, que no nosso entendimento, enquanto Fiemg,  
 776 curso d'água efêmero, não possui APP, portanto, talvez de fato fosse esse  
 777 o caso. Não fazia o menor sentido da existência dessa solicitação de  
 778 autorização de intervenção ambiental, já que se trata de um curso d'água  
 779 efêmero. Que foi comprovado pela visita em loco do órgão ambiental. Enfim,  
 780 além disso, temos essa questão de que o parecer do empreendedor aponta  
 781 que, de fato, para a questão de eficiência do funcionamento da ETE, não há  
 782 outro ponto de alternativa locacional, se não aquele solicitado. Então, a  
 783 gente entende que esse fato também deve ser levado em questão no  
 784 julgamento pelos Conselheiros. Obrigado, Presidente. Presidente Suplente  
 785 Dorgival da Silva: ok Conselheira Lidiane, Rogério por favor, Conselheiro  
 786 Rogério Jacinto, Seapa. Conselheiro Rogério Jacinto: Rogério Jacinto,  
 787 Seapa, primeiro eu fiz uma pergunta e voltei a ler aqui. Presidente Suplente  
 788 Dorgival da Silva: Conselheiro, o áudio do senhor está baixo também, e  
 789 puder nos ajudar. Conselheiro Rogério Jacinto: melhorou? Presidente  
 790 Suplente Dorgival da Silva: melhorou. Conselheiro Rogério Jacinto: que eu  
 791 fiz uma pergunta e no recurso aqui eles estão colocando uma área de 180  
 792 m² essa nova ETE. No recurso aqui também na imagem, fez do recurso um  
 793 eu queria saber se tem essa distância que vai ficar aqui da ETE até esse  
 794 curso d'água, que aí também agora tem um debate, se efêmero, se  
 795 contínuo, mas você tem aí qual a distância que vai ficar ainda da área que  
 796 vai ser a ETE até o curso d'água. E aí eu só volto com a  
 797 consideração. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Everaldo. Você pode  
 798 responder essa pergunta? Everaldo Ferraz Miranda: A legislação nova  
 799 passou a bola já PP para o município. Mas os municípios não alinharam  
 800 isso. Então uma área mínima até então que eu subentendo. Talvez a  
 801 resposta específica a isso é os 30 m fora da APP. Conselheira Lidiane  
 802 Carvalho de Campos: Não seria zona rural, gente? Tem até CAR a área do  
 803 empreendimento, tem CAR de lá. Everaldo Ferraz Miranda: lá já passou

804 para urbano. Presidente Suplente Dorgival da Silva: desculpa, só um  
805 pouquinho Conselheiros e Everaldo, eu acho que o Everaldo não entendeu  
806 a pergunta do Rogério Jacinto, salvo engano, acho que ele perguntou é na  
807 construção da ETE, da distância, da ETE até o curso d'água na concessão  
808 como está hoje. No projeto como foi colocado qual seria a distância da ETE  
809 até o curso d'água, é isso Rogério? Everaldo Ferraz Miranda: é os 15 m.  
810 Dentro da APP? Seria proposta dos 15 edificantes, na legislação antiga.  
811 Presidente Suplente Dorgival da Silva: então estaria 15 m do curso d'água,  
812 é isso Everaldo? Everaldo Ferraz Miranda: para construir uns 15 m, que na  
813 legislação falava edificantes. Conselheiro Rogério Jacinto: Então essa faixa  
814 que ficou. Everaldo Ferraz Miranda: quando não tem, quando não, não tem  
815 alternativa. Quando não tem alternativa locacional, e no caso de lá tem  
816 alternativa locacional. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok. Everaldo  
817 Ferraz Miranda: qual constrói na parte dos 15m edificantes. Presidente  
818 Suplente Dorgival da Silva: Ok, Everaldo obrigado, Conselheiro Rogério,  
819 entendeu? Conselheiro Rogério Jacinto: sim. Então estou entendendo aqui  
820 que a proposta que está aqui no projeto, usando, utilizando essa área de  
821 APP, ficaria 15 m da construção da ETE até o curso d'água, que seria essa  
822 área. Everaldo Ferraz Miranda: que a legislação permitir. Conselheiro  
823 Rogério Jacinto: Que vai ser então, plantada e reforçada. Tem uma pergunta  
824 aqui, Dorgival, eu realmente eu não estou, para mim, ficou, não ficou claro  
825 que essa questão da alternativa locacional o empreendimento acabou não  
826 entrando, a área aqui, então aqui para fazer a ETE realmente bem pequeno,  
827 de 180 m<sup>2</sup>. Existe uma questão, bem objetiva da construção, então para  
828 mim, não, ficou claro essa negativa ainda, da autorização, e aí eu pergunto,  
829 no caso do voto não ser favorável qual o encaminhamento disso aí, seria  
830 uma nova análise, como que seria isso? Presidente Suplente Dorgival da  
831 Silva: na verdade Conselheiro Rogério, nós estamos aqui para conceder os  
832 Conselheiros toda clareza possível. Às vezes a nossa resposta ela não  
833 satisfaz. Vamos dizer assim, mas eu queria também acrescentar isso. Uma  
834 ETE normalmente estação de tratamento de esgoto, o princípio da  
835 engenharia, se pensa no descarte do efluente tratado normalmente no curso  
836 d'água. Então você tem a possibilidade de receber o escudo do município.  
837 Eu não, eu não conheço o projeto da concepção do projeto, que até então  
838 ele não veio para SUPRAM. Ele passa primeiro por esse momento aí junto  
839 ao IEF, para autorização ou não da instalação dessa ETE utilizando a APP.  
840 Então assim, para mim está muito claro que a APP inclusive o projeto deve  
841 estar considerando descarregar o efluente tratado no curso d'água. Então a  
842 gente entende que há um curso d'água ali que vai fazer, vamos dizer assim,  
843 a diluição desse efluente tratado e vai recepcionar esse efluente com todos  
844 os controles que a ETE vai estar adotando ali, encontrou na entrada,  
845 encontrou na saída, monitoramentos? Isso tudo é tratado no licenciamento  
846 ambiental. Mas essa ETE, a princípio, se pretendia ser instalado dentro da  
847 APP, considerando que APP não previamente existe, porque se ela não  
848 existe nenhum processo de requerimento ao IEF teria. Existe o processo no

849 IEF, porque uma intervenção em APP. Essa uma etapa ao meu ver aqui  
850 superada, não vejo, vamos dizer assim, se não estaria discutindo esse  
851 assunto aqui, isso foi ao IEF porque é em APP e certamente o  
852 empreendedor planejou instalar essa ETE junto a um curso d'água, você  
853 com certeza nesse sentido. Se há uma limitação técnica das instalações do  
854 equipamento em função do relevo das áreas consideradas aqui, vamos  
855 dizer como áreas alternativas locais, talvez a área nem possa ser uma  
856 área utilizada para isso, mas eu vou entrar nesse mérito, não. Mas o que  
857 que aconteceu? O processo entrou no IEF, só pegar um breve histórico do  
858 que aconteceu anteriormente. O processo foi ao IEF. O técnico Everaldo  
859 analisou e indeferiu o processo porque enxergou em loco uma alternativa  
860 locacional empreendedor, entrou com recurso contra a decisão de IEF. Esse  
861 recurso, vem então para a URC e nós estamos liberando que hoje, se for  
862 deliberado, é o último, vamos dizer assim, a última instância com respeito a  
863 este processo. O empregador pode entrar com o processo. Diferente do que  
864 ele entrou aqui ou com outros, uma outra concepção ou em outra localidade.  
865 Nada impede. Mas esse aqui é o último nível da última instância de decisão  
866 sobre esse processo em sim. Se os Conselheiros votarem favoráveis ao  
867 empreendedor que isso pode acontecer no ato da do que a gente colocar  
868 em deliberação, os Conselheiros, votaram favoráveis ao empreendedor.  
869 Esse processo segue com controle de legalidade da nossa, da diretoria  
870 geral do IEF, que é um processo do IEF. Ele segue para o controle, de  
871 legalidade. Sobre a decisão da URC, se os Conselheiros votarem favoráveis  
872 ao parecer do IEF, então encerra última instância sobre esse processo.  
873 Respondendo o senhor nos desdobramentos possíveis dentro dessa  
874 reunião aqui, onde nós estamos participando. Nesse sentido. O senhor tem  
875 mais algum questionamento? Alguma situação? Não? Conselheiro André,  
876 por favor. Conselheiro André Garcia: Presidente, admitindo que o termo  
877 "efêmero" foi usado de forma errada, tanto pelo empreendedor em algum  
878 momento do pedido. E até considerando, se ele considera que efêmero esse  
879 córrego, ele não pode fazer um pedido de intervenção em APP, não é?  
880 Então acho que o termo efêmero foi usado de forma errada em algum pelo  
881 empreendedor e foi usado de forma errada pelo analista do IEF, na hora de  
882 afirmar que em vistoria técnica o IEF constatou que é um curso d'água  
883 efêmero e inclusive interessante. Ele faz um acréscimo aqui. Uma  
884 observação corroborando com a condição de um curso d'água, efêmero que  
885 foi logo após o período chuvoso. A vistoria foi no final do mês de março. Não  
886 é? Então, ele acrescenta isso ali nessa afirmação de curso d'água,  
887 mas superado isso eu fico em dúvida se a alternativa ou a inexistência de  
888 alternativa técnica locacional que foi afirmada pelo empreendedor, ela não  
889 foi compreendida pelo IEF? Não existe um acordo em relação a isso?  
890 Porque o empreendedor ele apresenta uma planta, apresenta, o  
891 empreendimento todo e essa necessidade de intervenção em APP pela ETE  
892 considerado o ponto mais baixo. Enfim, as características do sistema de  
893 tratamento que deve estar uma cota correta lá para o adequado

894 funcionamento, aí eu fico em dúvida de que acaba sendo, a afirmação de  
895 que não, de que existe alternativa técnica e locacional para tirar da APP a  
896 estação de tratamento de efluente e essa pequena intervenção na APP fica  
897 um contraditório que a gente não consegue decidir. Foi apresentado pelo  
898 que eu entendi, uma planta de uma solução do empreendimento, inclusive  
899 com intervenção menor do que o pedido inicial. O pedido inicial tinha sido  
900 de 1200 m<sup>2</sup> EE depois a intervenção seria apenas de 180 m<sup>2</sup> em APP. Eu  
901 realmente fico muito na dúvida aqui do que de como votar. Presidente  
902 Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro, obrigado pelas considerações,  
903 Conselheiro Vicente da Prefeitura de Ubá, por favor. Conselheiro Vicente de  
904 Paulo Pinto: Obrigado, senhor Presidente, eu queria chamar atenção para  
905 o parecer do empreendedor na página 8. Ele coloca uma via. A primeira Rua  
906 Um, jogando realmente o lote de número 1, muito próximo da APP. Inclusive,  
907 encolhendo lote um é tendo que o lote que confronta com o lote um na parte  
908 superior da via o lote 1514 ele é extenso. Se dividir ao meio, para ter um  
909 lote para rua de cima e outro de baixo, mesmo fazendo isso, percebe-se  
910 claramente onde vai ser muito maior do que o lote número um e se houver  
911 uma readequação dessa via, com certeza a área do lote um daria altura da  
912 cota que é reclamada aí de 3 m, então cairia numa cota suficiente para se  
913 colocar essa ETE nesse lote um, dado que ela diminui a área dela para 180  
914 m<sup>2</sup>, e eu acredito que o lote não seria muito diferente, a medida dele, de 180  
915 m<sup>2</sup>. Então eu acredito com a readequação nessa rua. Ela daria condição de  
916 se colocar essa ETE fora dos 30 m fora da APP. Pensando também que  
917 amanhã ou depois haja captação de todo o esgoto dessa rua para o  
918 tratamento. A exemplo do que está sendo feito em Ubá e aí teria que mandar  
919 passar um emissário dentro da APP, já não comportaria na rua mais  
920 somente para acolher esse material de todo o loteamento aqui, então seria  
921 uma dor de cabeça para um futuro próximo. Esse foi o entendimento, volto  
922 a frisar que essa rua, se Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro  
923 Vicente. Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: mas se deslocar um  
924 pouquinho, readequaria a localização e daria para se fazer a ETE em  
925 terreno firme. Terreno bom dentro da cota, necessária. Essa é a minha  
926 contribuição de modo que isso que eu queria falar. Muito  
927 obrigado. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheiro  
928 Vicente Paulo da Prefeitura de Ubá. Eu considero que o assunto não teve  
929 todo o pleito aqui necessário, para discussão. Para as perguntas,  
930 questionamento das respostas. Tentamos aqui diversas maneiras, garantir  
931 a participação daquela pessoa que se inscreveu externamente de todos: e-  
932 mail, telefone, tentando de várias maneiras propiciar a participação.  
933 Infelizmente a pessoa não estava disponível para fazer uso da palavra e eu  
934 me sinto tranquilo aqui de subir esse processo para deliberação, junto aos  
935 Conselheiros. E assim, nós vamos proceder neste momento. Everaldo  
936 Ferraz Miranda: Presidente? Presidente? Presidente Suplente Dorgival da  
937 Silva: sim, Everaldo. Everaldo Ferraz Miranda: só para confirmar. Eu fui, no  
938 meu ponto de vista, que existe outra opção fora da APP. Eu já fiz outros

939 processos e foi analisado que não havia. Neste caso específico, existe,  
 940 como o Vicente falou, que nos primeiros lotes, tem a possibilidade de  
 941 colocar a ETE e esses pontos, a cota quase a mesma do proposto por ele,  
 942 então fora da APP, está OK? Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok.  
 943 Everaldo, muito obrigado. Colocando em votação item 6.1 Alpha  
 944 Incorporações Ltda, Conselheiro Rogério Jacinto da Seapa. Como por  
 945 favor? Conselheiro Rogério Jacinto: Rogério Jacinto representando a  
 946 Seapa, eu pedindo licença a análise, mas eu não fui convencido da situação,  
 947 levando em consideração a área pequena. Ainda ficará uma faixa, [trecho  
 948 inaudível] do curso d'água, então eu voto, [trecho inaudível] a analista, mas  
 949 contrário aparecer. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Ok Conselheiro.  
 950 Muito obrigado, Conselheiro Ionivaldo Almeida, da Sede como vota, por  
 951 favor? Conselheiro Ionivaldo Almeida de Paula: Ionivaldo Sede, Presidente,  
 952 confesso que também fiquei bastante na dúvida. Quanto essa questão de e  
 953 eu preferia me abster também. Eu me sinto inseguro em relação a essas  
 954 dúvidas. Presidente Suplente Dorgival da Silva: ok Conselheiro, obrigado,  
 955 Conselheira Maria Aparecida Freire, como vota, por favor? Desculpa, Maria  
 956 Aparecida está ausente. Conselheiro José Eduardo, da SEINFRA. Como  
 957 vota? Também se ausente? Conselheiro Flávio, também ausente? Flávio da  
 958 EPAMIG, por favor, como vota? Flávio, EPAMIG, por favor, justifique o voto  
 959 do senhor no chat. Por gentileza. Voto de abstenção. Conselheiro Flávio,  
 960 por favor, justifique a abstenção. Enquanto o Conselheiro, digita no chat  
 961 vamos, Conselheira Maria, Secretaria da SEF, como vota, por favor?  
 962 Conselheira Marise Angélica Moreira Elerati: eu vou me abster, Presidente.  
 963 Eu realmente não me senti preparada para votar. Presidente Suplente  
 964 Dorgival da Silva: Eu só. Eu estou vendo assim que a gente tem várias  
 965 abstenções, mas também não houve, manifestações, sobre vai ser mais  
 966 dúvidas específicas. E se forem as mesmas nesse sentido, já foram  
 967 tratados. Perfeito. Eu fico só com receio de terem outras dúvidas que a gente  
 968 não teve oportunidade de dirimi-las. Então na sequência Sargento  
 969 Mendonça da Polícia Militar de Minas Gerais, como vota? Conselheiro  
 970 Wallacy Mendonça Coelho pela Polícia Militar de Minas Gerais: Voto  
 971 favorável ao parecer do IEF. Presidente Suplente Dorgival da Silva:  
 972 Obrigado Conselheiro. Conselheiro Luciano, Rufato do CREA Minas como  
 973 vota? Conselheiro Luciano Rufato Teixeira: Luciano Rufato Crea Minas.  
 974 Voto favorável indeferimento do parecer do seu Presidente. Presidente  
 975 Suplente Dorgival da Silva: obrigado Conselheiro. Conselheiro Fábio  
 976 Rodrigues Lauriano do Ministério de Minas Gerais, como vota, por favor?  
 977 Conselheiro Fábio Rodrigues Lauriano: favorável ao parecer, Presidente.  
 978 Presidente Suplente Dorgival da Silva: Obrigado Conselheiro. Vicente de  
 979 Paulo, Prefeitura de Ubá. Como vota, por favor? Conselheiro Vicente de  
 980 Paulo Pinto: Voto favorável ao parecer do IEF. Presidente Suplente Dorgival  
 981 da Silva: Obrigado Conselheiro. Conselheira Lidiane, da Fiemg como vota,  
 982 por favor? Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: Lidiane Fiemg voto  
 983 contrário. A justificativa é que os documentos que a gente tem como base

984 para julgamento, tanto parecer do órgão ambiental, quando o recurso  
 985 apresentado pelo empreendedor trata se de um curso d'água efêmero que,  
 986 de acordo com a Lei Estadual nº 20.922 não tem APP. Presidente Suplente  
 987 Dorgival da Silva: Ok Conselheira, obrigado. Conselheiro André, da Faemg  
 988 como vota, por favor? Conselheiro André Ribeiro: Favorável,  
 989 Presidente. Presidente Suplente Dorgival da Silva: Conselheiro Hernon da  
 990 Federaminas, como vota, por favor? Hernon já retornou? Não. Hernon está  
 991 ausente. Conselheiro André Garcia da Abragel como vota, por favor?  
 992 Conselheiro André Garcia: Presidente, André Abragel, eu me abstenho,  
 993 pelos motivos que a gente conversou. Presidente Suplente Dorgival da  
 994 Silva: Ok, obrigado. Conselheiro Fernando. Fernando, ausente também?  
 995 Conselheiro Fernando César Peixoto Dias: presente. Presidente Suplente  
 996 Dorgival da Silva: perdão, Conselheiro, perdão. Conselheiro Fernando  
 997 César, do Movimento Ecológico Cultural do Vale do Piranga, como vota, por  
 998 favor? Eu acompanho o parecer do técnico do IEF favorável. Presidente  
 999 Suplente Dorgival da Silva: Ok, obrigado Conselheiro, Conselheira Márcia  
 1000 da Univiçosa. Como vota, por favor? Conselheira Márcia Maria, da  
 1001 Univiçosa como vota, por favor? Ok, Conselheira, Márcia se abstém e a  
 1002 justificativa “É não esclarecimento 100% dos assuntos tratados na reunião”  
 1003 a justificativa da Conselheira Márcia do voto de abstenção. Então nós  
 1004 estamos aqui com 6 votos favoráveis. 2 votos contrários, 5 abstenções e 7  
 1005 ausentes. Então, pelo placar aqui nós temos a aprovação favorável do  
 1006 processo submetido aqui do item 6.1. Sim o Conselheiro, fazer o registro  
 1007 aqui também. Eu havia pedido Conselheiro Flávio, como está usando o chat.  
 1008 Ele também faz a sua justificativa de voto de abstenção com respeito a não  
 1009 ter ficado claro, realmente a área de APP. Afirmação do Conselheiro Flávio  
 1010 da Epamig, justificando que a sua abstenção. Então, voltando aqui as  
 1011 últimas a nossa última afirmação o processo 6.1 aprovado pela maioria, com  
 1012 6 votos, a planilha já saiu, mas são 6 votos e 5 contrários, bem  
 1013 disputado. Perdão minha equipe está me confundindo aqui: 6 votos  
 1014 favoráveis, 2 votos contrários, 5 abstenções e 7 ausentes. Só reforçando aí  
 1015 minha fala me confundindo. Muito bem, nós, então cumprimos mais uma  
 1016 vez aqui a nossa pauta de reunião com os assuntos tratados aqui. Quero  
 1017 encerrar aqui agradecendo a presença de cada conseguir a participação  
 1018 conosco aqui na nossa reunião super bem-vindos. Muito, muito bom poder  
 1019 compartilhar essa pauta, poder discutir e até aprimorar algumas questões  
 1020 que a gente vem tentando melhorar com toda a nossa sistemática e de  
 1021 licenciamento autorização, então sempre muito bom, nós participamos aqui,  
 1022 então eu encerro a nossa reunião agradecendo a todos que tenham todos  
 1023 uma ótima quarta-feira em uma semana extremamente produtiva. Obrigado  
 1024 pela presença. Obrigado, equipe da Vaninha lá em Belo Horizonte, equipe  
 1025 da SUPRAM aqui que nos acompanha e nos assessora. Muito obrigado a  
 1026 todos aí pela participação.

1027

1028

**APROVAÇÃO DA ATA**

1029

**Dorgival da Silva**

1030 Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata